

# O que deu a liberalização postal?

Estudo da UNI Postal e Logística sobre a liberalização do setor postal



**FENTECT** CUT  
Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares

Secretaria de Relações Internacionais





# **O que deu a liberalização postal?**

**Estudo da UNI Postal e Logística sobre a liberalização do setor postal**

Julho/2010



# Expediente

Esse livro é uma publicação da Federação Nacional dos Trabalhadores nos Correios - FENTECT - sob a coordenação da Secretária de Assuntos Internacionais em conjunto com a Secretária de Imprensa

## **Diretoria Colegiada**

**José Rivaldo da Silva**  
Secretário Geral

**Amanda Gomes Corsino**  
Secretária de Administração e Finanças

**Rogério Ferreira Ubine**  
Secretário de Relações Internacionais

**Alexandre Takachi de Sá**  
Secretário de Imprensa

**João Maria Alves da Silva**  
Secretário de Anistia

**Jim Marcelo de Oliveira Bahia**  
Secretário de Aposentados

**Manoel de Lima Feitosa**  
Secretário de Assuntos Jurídicos

**Afonso Meireles Rufino**  
Secretário de Estudos Sócio-Econômicos

**Francisco José Nunes**  
Secretário de Formação Sindical

**Henrique Áreas de Araújo**  
Secretário das Mulheres

**Geraldo Francisco Rodrigues**  
Secretário de Políticas Sindicais

**Robson Luiz Pereira Neves**  
Secretário da Questão Racial

**Paulo André Nogueira da Silva**  
Secretário de Saúde do Trabalhador

Endereço: SDS Edif. Venâncio "V" - Bloco "R" - Loja nº 60 - Brasília/DF  
CEP: 70.393-904 - e-mail: [fentect@uol.com.br](mailto:fentect@uol.com.br)  
Telefax: (061) 3323-8810 - CNPJ: 03.659.034/0001-80  
[www.fentect.org.br](http://www.fentect.org.br)

Projeto Gráfico, Capa e Diagramação: Carlos Decourt Neto - Mtb/SP 32.942  
Tradução Textos: Rogério Ferreira Ubine

# SUMÁRIO



## O que deu a liberalização postal?

|   |           |
|---|-----------|
| Apresentação  | 9         |
| Prefácio  | 11        |
| <b>Parte I: As origens da liberalização no setor postal</b>           | <b>13</b> |
| 1. Os motores da liberalização  | 15        |
| 2. Contexto nacional da liberalização                                 | 16        |
| 3. Evolução do operador nacional com olho na liberalização do mercado | 17        |
| 4. Formas e etapas da liberalização                                   | 19        |
| 5. Liberalização e privatização                                       | 20        |
| 6. Formas e funções reguladoras                                       | 21        |
| <b>Parte II: Os efeitos da liberalização do setor postal</b>          | <b>23</b> |
| 1. Concorrência   | 25        |
| 1.1 que aconteceu com o titular?                                      | 25        |
| 1.2 Quanto é efetivo a concorrência?                                  | 25        |
| a. Flutuação no número de concorrentes e sua participação no mercado  | 25        |
| b. Sangria do mercado   | 27        |
| 2. Impacto sobre o emprego e as condições de trabalho                 | 27        |
| 2.1. Nível de emprego   | 27        |
| 2.2. Deslocamento dos empregos do titular aos novos concorrentes      | 28        |
| 2.3. Impacto na qualidade do emprego                                  | 29        |
| 2.4. Precarização do trabalho   | 30        |
| 2.5. Queda salarial   | 32        |



|  |           |
|--|-----------|
| <b>Parte III: Como os sindicatos abordaram o processo de liberalização</b> | <b>35</b> |
| Nova direção   | 40        |
| Convênios coletivos com igualdade  | 41        |
| Finalmente   | 41        |
| Conclusão  | 42        |
| Referências  | 44        |



# **O que deu a liberalização postal?**

**Estudo da UNI Postal e Logística sobre a liberalização do setor postal**

Julho/2010





# Apresentação



O modelo neoliberal implantado em vários países nas décadas de 80 e 90 propagou a melhoria das condições de vida com base no livre comércio, na desestatização e na liberalização. Em vários setores da economia, o Estado deixou de participar da vida do cidadão dando espaço para iniciativa privada. No setor postal não foi diferente, houve várias experiências de liberalização e privatização em diversos países, com consequências danosas e experiências diversas.

No Brasil existem várias tentativas de ataque aos serviços postais através de mudanças na Constituição. No Congresso Nacional o projeto de lei - PL 3677, de autoria do Deputado Federal Régis de Oliveira, cria um novo cenário, liberalizando os serviços postais, deixando os setores lucrativos com os operadores privados e a obrigação da universalização do acesso aos serviços postais com o Estado Brasileiro. O governo também estuda a adoção de uma Medida Provisória para a chamada “modernização”, através da transformação da empresa com Sociedade Anônima.

Este estudo da UNI - SINDICATO GLOBAL, entidade internacional que congrega mais de 5 milhões de trabalhadores do setor postal no mundo, retrata, através de estudo de casos, a situação dos serviços prestados e das condições de trabalho nos países onde houve a liberalização ou privatização do setor postal.

A Federação Nacional dos Trabalhadores nos Correios, filiada a UNI, reproduz este trabalho no intuito de fornecer dados para as ações na defesa dos serviços postais de qualidade, com acesso universal e a preservação do trabalho com salário e condições dignas.

*Rogério Ubine*

*Secretário de Relações Internacionais*





# Prefácio

“**E**u sou uma mãe solteira com duas crianças em idade escolar. Eu tenho direito a assistência social, mas para demonstrar que não era minha intenção ficar sentada em casa o dia todo de braços cruzados, eu me tornei uma entregadora de Correio para Selett e Sandd. (...) Oficialmente, eu trabalho às terças, quintas e sextas-feiras, mas, na verdade, esse trabalho me mantém ocupada todos os dias. (...) Eu não sei exatamente quantas horas eu estou realmente trabalhando neste trabalho, mas é definitivamente mais do que um emprego complementar.

*Eu gostaria de continuar trabalhando, mas primeiro algumas questões devem ser regulamentadas. Por exemplo, a previdência deve ser descontada, e devemos ter direito ao seguro desemprego, caso a empresa queira dispensá-lo.*

*Se meus cálculos estão corretos, eu ganho aproximadamente três Euros por hora.*

*Eu não acredito que eu sou uma assegurada por meio da empresas. (...) Espero que nada aconteça no trabalho, porque seria um grande problema se acontecesse.*

*É estranho, você trabalha para a empresa, impulsiona a empresa, mas é você que deve pagar por ela (exemplo: A mesma coisa aplica-se as bicicleta e capa de chuva).*

*Sandd às vezes te dá às ferramentas, mas isso não te ajuda a comprar uma bicicleta nova quando a sua está velha e está gasta, o que não demora muito tempo considerando o peso da carga de correio que suporta.”<sup>1</sup>*

<sup>1</sup> FNV Bondgenoten, Colophon, O documento de negro FNV Bondgenoten, o sindicato holandês grande, sobre a realidade dos repartidores do correio em Países Baixos, The Netherlands, 2007, p. 5



Esta é a situação do entregador de correio nos Países Baixos. Como isso é possível em países industrializados, em pleno século XXI? Esta é uma das questões que este estudo pretende abordar.

A medida que vemos os salários e as condições de trabalho dos trabalhadores no setor dos serviços postais em deterioração depois do processo de liberalização do mesmo, UNI Postal e Logística quis entender como pode acontecer isto.

Por conseguinte, se decidiu fazer um estudo a nível mundial sobre a liberalização dos serviços postais e sua incidência nos trabalhadores, para dar assistência aos nossos membros com a prevenção de tais situações.

Esta investigação se baseia em estudos de caso de países que tem procedido a liberalização e de alguns que estão tentando de impedi-la. Incluindo Argentina, Canadá, Alemanha, Japão, Marrocos, Países Baixos, Nova Zelândia, Suécia, Suíça, Tunísia, Reino Unido e Estados Unidos. Também examinamos o material disponível sobre este tema.

A primeira parte deste estudo aborda o próprio processo de liberalização e como nasceu o setor postal, os motores da liberalização, o contexto nacional no qual se desenvolveu, como se preparou o operador antes público para a abertura do mercado. Outros temas nesta parte da investigação incluem as formas e as etapas da liberalização, a liberalização e a privatização e as maneiras e as funções do regulador. O segundo capítulo do estudo analisa a incidência da liberalização, observando em primeiro lugar a concorrência efetiva nos mercados postais, com as conseqüências para o operador nacional, o número de concorrentes e sua participação no mercado, assim como a sangria do mercado. A segunda parte deste capítulo examina as conseqüências da abertura dos mercados para o emprego. Isto é as conseqüências para o nível de emprego, a qualidade do emprego, as diferenças de condições de trabalho entre o titular e os novos concorrentes, assim como as formas atípicas de trabalho e o dumping salarial. Por último, este estudo se ocupa da maneira em que os sindicatos têm abordado o processo de liberalização para minimizar seu impacto nos trabalhadores. Este estudo não teria sido possível sem a ajuda das afiliadas da UNI seguintes: CUPW (Canadá), ver.di (Alemanha), JPGU (Japão), FNPT-UMT (Marrocos), AbvaKabo FNV (Países Baixos), FNV Bondgenoten (Países Baixos), EPMU (Nova Zelândia), SEKO (Suécia), Syndicat de la Communication (Suíça), FG-PTT (Túnisia), NALC (EE.UU.), CWU (RU) e Unite The Union (RU).

Gostaríamos de agradecer-lhes a sua colaboração com estudo e com informações assim como o apoio indispensável para redigir este estudo e fazer dele um recurso valioso para nossos leitores e para UNI Postal e Logística Sindicato Global.



# **Parte I: As origens da liberalização no setor postal**





# 1. Os motores da liberalização

Embora se tivesse que atribuir a liberalização dos serviços postais ao contexto nacional de cada país, pode-se comprovar que existem quatro motores principais que impulsionam o processo de liberalização neste setor. Alguns deles são universais e estão vinculados com a ideologia neoliberal dos tempos em que se começou a pensar nela pela primeira vez, nos anos oitenta e noventa. O primeiro motor da liberalização postal são as crises econômicas atravessadas por vários países no momento do processo de liberalização. Como foi o caso de Nova Zelândia e da Suécia. Enquanto a Nova Zelândia, o catalisador, uma economia em crise, sendo motor dos reformistas, e seu Consenso de Washington inspirou a crença de “*que os problemas estruturais se resolviam todos automaticamente pelos canhões do consenso e pela operação livre do mecanismo de preços do mercado livre.*”<sup>1</sup> Outro motor da liberalização são as mudanças tecnológicas e a diminuição estrutural do volume do correio causado pelo o aumento dos substitutos. O caso de Suécia também ilustra bem isso. *Simultâneo com a liberalização dos serviços postais, o mercado experimentou importantes mudanças estruturais baseados no uso cada vez maior de TI (tecnologia da informação). Já a princípios dos anos 1990 havia sinais claros de que a evolução da TI tinha um importante impacto na distribuição de cartas na Suécia. Subsequentemente houve:*

- *Uma redução ou um estancamento do volume de cartas.*
- *Um aumento de uma postagem mais caro ao mais barato (de A e B), reforçado pela concorrência procedente de Bring Citymail.*
- *Um aumento do uso do e-mail, correio eletrônico.*
- *Um aumento no mercado publicitário.*
- *Um aumento da participação do e-mail direto (DM).*

*Suécia é uma sociedade altamente informatizada, o que significa é que tanto as pessoas privadas como nas empresas passam rapidamente os serviços eletrônicos mais baratos disponíveis. Atualmente na Suécia o número de cartas privadas é insignificante – um por cento do volume total de cartas. “As cartas franqueadas são essencialmente utilizadas pelas pequenas empresas e por associações”<sup>2</sup>. O impulso em direção a liberalização na Alemanha também pode se explicar com este fator. Um terceiro fator que explica a liberalização, no caso dos Estados Membros da União Européia, é o impulso em direção a liberalização dos mercados da Comissão da União Européia, que adotou a primeira Diretiva relativa ao Setor Postal em 1997. Os expositivos 1 e 2 da Diretiva são bastante claros em quanto ao valor agregado de ter um mercado interior para o setor postal. “...Considerando que deveriam adotar-se as medidas que tenham por objeto o estabelecimento do mercado interior em conformidade com o artigo 7 do Tratado; que este mercado implica um espaço sem fronteiras interiores e que está garantida a livre circulação de mercadorias; pessoas, serviços e capitais (...) Considerando que está*

<sup>1</sup> Kenny A., *Beyond the Propaganda, Postal Deregulation in New Zealand, EPMU, Wellington, 2006, p.2*

<sup>2</sup> SEKO, *Estudo de caso para UNI Postal e Logística sobre a liberalização dos serviços postais na Suécia, Estocolmo, 2009, p.1*



exposta a importância do estabelecimento do mercado interior no setor postal para a coesão econômica e social da Comunidade, já que os serviços postais constituem um instrumento essencial para a comunicação e o comércio...”<sup>3</sup>. Este foi especialmente o caso da Alemanha e Países Baixos, assim como na Suécia, os três Estados Membros que, de fato, anteciparam a liberalização em relação com a Diretiva Postal da UE mais recente.

Por último, como é o caso da Argentina, a liberalização (e a privatização) dos serviços foi preconizada e introduzida pelos planos do ajuste estrutural, guiados pelo o consenso de Washington, segundo o qual, para receber os empréstimos do Banco Mundial, certos países, especialmente da América Latina, tinham que reduzir seu gasto público e abrir seus mercados (quer dizer privatizar e liberar determinados setores). Pode-se comprovar que fossem as que fossem as questões políticas e/ou econômicas enfrentadas pelo setor postal antes da liberalização, se aplicava a mesma resposta: a liberalização do setor responderá a estas questões, seja uma crise econômica, seja um problema de caráter mais estrutural, exemplo: a diminuição do volume do correio. O caso do Reino Unido é um bom exemplo no sentido de que, segundo o livro branco publicado em 1999, intitulado “A reforma do serviço postal: um serviço de qualidade mundial para o Século XXI”, a *Administração dos Correios está tomando medidas para melhorar sua eficiência, introduzir serviços modernos e acender aos novos mercados. O Governo permitirá a Administração dos Correios investir mais em seu futuro de maneira a realizar esta visão. Também temos uma visão de clientes e oferecer-lhes uma maior variedade de serviços postais pela entrada de novos autores no mercado, que satisfazem as exigências dos usuários e obrigando a administração de Correios a que ofereça serviços cada vez mais eficientes. Ajudaremos a realizar esta visão permitindo mais competição, reforçando o Conselho Nacional dos Usuários do Correio (POUNC), para garantir que se tomem plenamente em conta e estabelecendo um regulador com o fim de garantir a concorrência leal no mercado postal do Reino Unido.*<sup>4</sup> Além do mais este argumento segue recomendando efetivamente, na luz da crise econômica atual, dar-se destaque mais a privatização do que a liberalização. É o caso de Canadá, França, Suíça e Reino Unido.

## 2. Contexto nacional da liberalização

Parece que a maioria dos processos de liberalização se iniciaram quando os países respectivos objeto do nosso estudo de caso haviam um governo conservador ou por fatores externos baseados em uma ideologia neoliberal, tal como programas de ajuste estrutural indicados pelo consenso de Washington. Muitas vezes tinha como lugar uma análise dos serviços postais, seguido de recomendações para liberalizar ou privatizar os serviços postais. Foi o caso da Nova Zelândia, aonde teve lugar uma análise do New Zealand Post Office em 1987 e a liberalização do mercado em 1998. No Reino Unido, a revisão do setor postal teve lugar em 1992-94 sob o governo conservador de John

3 DIRECTIVA 97/67/EC DEL PARLAMENTO EUROPEO Y DEL CONSEJO, 15 de diciembre 1997, expos.1 e 2

4 Post Office Reform: A world class service the 21st century. Apresentado ao Parlamento pelo ministro de Comercio e industria a cargo de sua majestade, Julio de 1999



Major e logo seguiu um Livro Verde apresentando a idéia de privatizar Royal Mail, que foi rejeitada.<sup>5</sup>

Em Alemanha, foi o governo conservador-liberal a meados dos anos oitenta quem apresentou pela primeira vez a liberalização, mas o aspecto social de regularização quem introduziu foi um governo trabalhador (SPD) posteriormente.

### 3. Evolução do operador nacional com olho na liberalização do mercado

Existe uma pauta principal que surge quando analisamos como o antigo operador nacional atravessou o processo de liberalização e como se preparava para isso. Este processo muitas vezes está vinculado com o da privatização, mas não sempre.

A pauta é que o operário nacional se transforma em uma corporação, inicialmente de propriedade do Estado e, logo, em uma segunda etapa, se divide em diferentes empresas holdings, dependendo de sua estrutura inicial, que quase sempre se incorporava às telecomunicações, o setor bancário e inclusive o de seguros. Isso foi o que aconteceu em Japão em 2003, quando os serviços postais se transformaram em uma corporação de propriedade do governo. Posteriormente, a corporação foi privatizada e dividida em quatro empresas: Manipulação do correio, economia postal (que passou a ser Japan Post Bank) e a rede de informática (que passou a ser Japan Post Network) sob um holding: Japan Post Group. Este também é o caso de Nova Zelândia, onde a Administração Postal passou a ser uma empresa de propriedade do Estado, é o mesmo caso de numerosos organismos estatais que tiveram, que ser corporatizados, e incorporou a rede postal. Em 1993 New Zealand Post & Telecommunications se dividiu em três companhias: Correios, o Banco Postal e Telecom. As duas últimas foram vendidas a interesses privados. Em 1998, foi retirado aos Correios o privilégio exclusivo de distribuir, mas se manteve a obrigação do serviço universal através de um acordo com o Estado. O mesmo se aplica a Suécia, onde se privatizou a Administração Postal em 1994 passando a ser Posten AB, sociedade anônima de propriedade do Estado. A separação do banco postal teve lugar em 2002. Países Baixos é outro exemplo deste processo. Nos anos 70, os serviços postais holandeses já começaram a dirigir suas atividades a negócios mais rentáveis em lugar de ir em direção a um serviço de “bem público” subministrado pelo o governo, oferecendo produtos e serviços a medida que ia satisfazendo as necessidades dos usuários. Em 1989 os CTT foram privatizados e transformados em uma sociedade anônima pública: KPN (sendo que o operário postal Royal PTT Países Baixos, TPG Post Ltd). Em 1994 KPN passou a ser pública. Em 1996 KPN adquiriu TNT (Thomas Nationwide Transport) e se uniu com o operador postal. A divisão das unidades de correios e de Telecom em duas entidades separadas teve lugar em 1998. E nesse momento, PTT correios e TNT passaram a ser uma sucursal de TNT Pos Group (TPG) e TPG se separou da KPN com o intuito de obter quota separada na bolsa. Então a PTT Post mu-

5 Pond, Richard, *Liberalisation, privatization and regulation in the UK postal services sector*, Pique London, 2006, p.3





dou seu nome para TPG post e, por último, para o de TNT post.<sup>6</sup>

O caso da Alemanha é parecido, mas em ordem inversa. As diferentes entidades que formavam os CTT já se haviam separado em 1989 e se transformaram em sociedades incorporadas em 1995. Em 2000 a privatização começou de forma gradual dos correios alemães através de ofertas públicas e em 2005 investidores privados conservaram a maioria das ações, mesmo que o Governo alemão conserva aproximadamente 36% da companhia através da entidade de crédito Reconstruction Loan Corporation.<sup>7</sup> O caso argentino segue mais ou menos o mesmo modelo, no sentido de que a privatização dos correios nacional teve lugar um pouco antes da liberalização no mercado. ENCOTEL se transformou em uma empresa privada, ENCOTESA. Em 1997 teve lugar um processo de licitação nacional e internacional para a concessão de ENCOTESA. A concessão era para durar supostamente 30 anos. Em agosto do mesmo ano, a concessão com o nome de Correios Argentina SA (CASA) foi outorgada a um consórcio composto com Itrón SA e Sidec SA (com 73,5% das ações), o Banco de Galicia de Buenos Aires (com 12,5% das ações assim como os trabalhadores (com 14,5% das ações). Os serviços postais britânicos prestaram assistência neste processo. O consórcio encontrou dificuldades financeiras rapidamente, o que levou a ondas de demissões e também a procura de novos associados para o consórcio. Exxel foi um deles. Agora bem, nenhuma dessas manobras funcionou. Em 2001 começaram as discussões sobre a renegociação do contrato de consórcio e em 2003 houve a decisão de terminá-lo. Então os serviços postais retornaram ao Ministério de Comunicação. A Companhia voltou-se a nacionalizar, com 99% de suas ações conservadas pelo Ministério de Planificação, Inversão Pública e Serviços, e o 1% pelo Ministério da Economia e Produção. De nossos estudos de caso, a única exceção a este modelo é o caso do Reino Unido, onde o operário se separou em diferentes companhias e se corporatizou, mas não se privatizou. Isto é interessante, porque mesmo que o Royal Mail ainda não se privatizou e que a liberalização aconteceu em 2006, seu monopólio já se reduziu em 1981 á distribuição de cartas e de pacotes de um valor de menos de \$1. As mudanças estruturais na Administração Postal já começaram a meados dos anos oitenta com a divisão da administração Postal em cinco divisões, quer dizer Royal Mail, Parcelforce, Post Office Counters, Girobank e Subscription Services.<sup>8</sup> Em 2001 a Administração Postal se transformou em uma empresa pública, sendo que o governo seu único acionista, com um limite de sua atividade de £75 milhões ao ano. Começaram as conversas com a TPG (agora TNT) em 2001 sobre uma possível empresa comum, sem êxito.<sup>9</sup> Outro ponto de discussão importante aqui é a semelhança entre o que aconteceu com os operadores nacionais em Alemanha e em Países Baixos simultaneamente ao processo de liberalização. Ambos operadores postais continuaram o mesmo modelo de inversão em grande escala no estrangeiro. Para o TNT Post “a idéia era utilizar uma marca mundial com o objetivo de reforçar a posição da companhia, a níveis nacionais e internacionais, em longo prazo”. Pode-se observar a mesma coisa com Deutsche Post. Outra semelhança entre estas duas companhias é

6 Para mais informação vejam: *Abvakabo FNV, Estudo de caso para UNI Postal & Logística sobre a liberalização dos serviços postais em Países Baixos, Países Baixos, 2009*

7 *Drews K., Liberalisation, privatization and regulation in the German postal services sector; Poque, Düsseldorf, 2006, p.17*

8 Para mais informações vejam: *Pond, Richard, Liberalisation, privatization and regulation in the UK postal services sector; Pique, Londres, 2006*

9 *B. and Bell S., Monopoly to Competition in the UK Mail Market – Conflicting approaches, Reino Unido, 2008*



que as maiorias de suas ações são propriedade de investidores privados, conservando o Estado em torno de um por cento de TNT<sup>10</sup>, e em torno de 36% no caso de Deutsche Post.<sup>11</sup>

## 4. Formas e etapas da liberalização

Da informação obtida de nossos estudos de caso, podemos observar que a liberalização do mercado postal não chegou de uma vez, senão que em varias etapas, reduzindo cada vez o alcance da área reservada e dando mais aos concorrentes.

Um caso interessante é o da Alemanha, onde a liberalização se canalizou em diferentes etapas, dando ao operador nacional tempo para adaptar-se a mudança no entorno. De fato, a liberalização se desenvolveu em quatro etapas. A redução da área reservada de Deutsche Post (DP) aconteceu em 1989, em 1998, 2003 e 2006 e culminou com a abolição da área reservada em 2008. Neste mesmo período, teve lugar a primeira reforma postal e, 1989, quando se deu a luz verde ao processo de liberalização. A segunda reforma postal aconteceu em 1995, com a transformação das três entidades que formavam Correios e Telecomunicações em companhias incorporadas (correios, o banco postal e Telecom). Em 1998 se adotou a Lei Postal, que incluía normas e regulamentos para os novos concorrentes<sup>12</sup>. Em quanto ao Japão, o mercado ainda não está completamente liberalizado, mas se está analisando a situação desde que houve a liberalização parcial em 2003. Pode-se observar que onde o processo de liberalização não se tem canalizado tão bem o é confuso, tem levado a debilitação do operador postal nacional ao longo do processo. É o caso no Reino Unido onde em 2002, segundo a autoridade normativa, Postcomm, estabelecida em virtude da Lei Postal de 2000, se suponha que a liberalização se levaria a cabo em etapas. Agora bem, em 2005 finalmente se decidiu que teria lugar em duas etapas, com a liberalização do correio massivo (4000 ou mais objetos) em 2003 e a liberalização completa a partir de janeiro de 2006. Argentina também é um bom exemplo, no sentido de que, a o longo do tempo através de várias leis e normas, os concorrentes privados puderam ter acesso ao mercado, antes de sua liberalização formal. Já em 1979, se deram os primeiros passos à liberalização, pela qual e sob determinadas condições limitadas, o Estado podia delegar serviços postais a autores privados. O processo de liberalização foi mais longe em 1987, quando se aprovou um decreto que permitia a livre concorrência na área de atividade das empresas públicas e que revogava toda lei que garantisse direitos e ou privilégios exclusivos. No princípio dos anos noventa, Argentina passou por um programa intensivo de privatização e regularização, recomendado pelo Banco Mundial e o FMI, na qual era o consenso de Washington. Isto significava a transformação de ENCOTEL em ENCOTESA. Em 1993 houve um novo decreto que estabeleceu a desregularização formal, assim como as novas condições para os novos participantes no mercado postal. O decreto também levou à criação de um registro nacional de provedores de serviços postais, controlado

<sup>10</sup> Mais informação: Abvakabo FNV, Estudio de caso para UNI Postal y Logística sobre la liberalización de los servicios postales, Países Bajos, 2009, p.2

<sup>11</sup> Drews K., Liberalisation, privatization and regulation in the German postal services sector, Pique, Düsseldorf, 2006, p.17

<sup>12</sup> *Ibidem* p.2



pelo regulador, TNCS. A liberalização não se integrou bem e não se centralizaram as normas legais em uma lei sobre os serviços postais central. Além disso, estas normas não se orientaram para qualidade dos serviços, nem ao investimento e faltavam norma correspondente às responsabilidades das empresas. Nos Países Baixos, a liberalização também parece ter sido caótica no sentido de que a abertura total do mercado foi anunciada e adiada muitas vezes nos últimos anos. Isto está vinculado com o fato de que não se abordou o aspeto social da desregularização e com o fato de que o mercado não se abriria à concorrência até que não se houvesse estabelecido determinadas normas mínimas em quanto ao emprego.

Efetivamente, segundo a Lei Postal aprovada pela Câmara Baixa do Parlamento em junho de 2007, a liberalização teria que haver acontecido em primeiro janeiro de 2008 com a promulgação da Lei. Entretanto, adiou-se duas vezes (ao não adotar a Lei a Câmara Alta) até julho de 2008 e, logo, janeiro de 2009, devido ao não se ter abordado as condições de trabalho dos carteiros. Recentemente, o Ministro de Assuntos Sociais e Emprego voltou a estudar essa proposta e se introduziu um decreto administrativo correspondente ao setor postal, em virtude do qual “os contratos profissionais”<sup>13</sup> se retirariam paulatinamente. Por sua vez, isto levou a decisão de liberalizar completamente o mercado postal holandês no dia 1º de abril de 2009.

## 5. Liberalização e privatização

Pode-se observar que na maioria de nossos estudos de caso, a privatização (o corporatização) do operador postal nacional tem acontecido antes da liberalização do mercado postal. Para a maior parte, a privatização tem adotado a forma do operador nacional transformado em uma companhia de propriedade pública do Estado. Quase sempre é o primeiro passo à mais privatização. Somente duas companhias de nossa lista são empresas verdadeiramente privadas, quer dizer TNT e DP DHL, pertencendo a maioria de suas ações aos acionistas privados.

No caso de Japão e Suécia, tanto a privatização como a liberalização aconteceram simultaneamente, em um intervalo muito breve. Em relação aos correios suecos, existe atualmente uma evolução interessante como o resultado de sua fusão com o Post Danmark A/S, anunciada no dia primeiro de abril de 2008. *Segundo a carta de intenção sobre a fusão, se estabelecerá uma empresa matriz de propriedade conjunta do Estado sueco, do Estado dinamarquês e de CVC Capital Partners (que teve uma participação de 22% em Post Danmark A/S desde 2005) consistente de ambas as companhias. Os Parlamento suecos e dinamarquês aprovaram o acordo em junho de 2008 a condição de que se fizessem acordos definitivos e que as autoridades normativas tivessem voz. No dia 2 de fevereiro de 2009 o Governo sueco, junto ao governo dinamarquês, firmaram um acordo de acionistas e um acordo de combinação para a fusão de Posten AB e Post Danmark A/S. A fusão será definitiva uma vez garantida a aprovação pelo Comitê de Finanças do Parlamento dinamarquês e depois que a UE decrete sobre a*

concorrência<sup>14</sup>.

Argentina é um pouco a exceção no sentido de que a liberalização aconteceu antes da privatização formal. O que é também o caso do Reino Unido, onde o mercado postal foi liberalizado desde 2006 e foi anunciada a privatização parcial do Royal Mail depois da publicação da revisão independente do setor de serviços postais britânico em dezembro de 2008. Entretanto, se fez referência a possibilidade de privatizar Royal Mail no livro verde de 1994, “Futuro dos Serviços Postais”<sup>15</sup> já se havia tido conversações secretas com TNT, o operador postal holandês sobre a privatização em 2001<sup>16</sup>.

## 6. Formas e funções reguladoras

A abertura do setor postal também significou mudanças no ambiente normativo. Efetivamente as funções do Estado “de propriedade” do operador postal e o regulador “tiveram de ser separados, o que muitas vezes levou à criação de uma entidade reguladora independente, mas ligado ao estado de uma forma ou de outra. A agência reguladora tem várias funções que vão desde emissão de licenças a novos operador, regularizar os preços, ou até mesmo controlar o mercado para garantir a concorrência. Estas tarefas variam em cada país e em alguns casos, pode ser encontrado. Por exemplo, como pode o mesmo órgão regularizador o mercado, garantir a concorrência e garantir o cumprimento da obrigação do serviço universal, em uma posição neutra? Se vemos o caso do Reino Unido, a autoridade reguladora, Postcomm, é estabelecido de acordo com a Lei Postal de 2000. Postwatch também, simultaneamente, foi criada uma agência de defesa do consumidor. Algumas das funções de Postcomm incluem a garantia do cumprimento das obrigações de serviço universal e do controle da concorrência e regulação de preços, que podem ser consideradas contraditórias<sup>17</sup>. A Royal Mail também precisa de uma licença e a empresa tem sido alvo de multas por diversas razões. Outro ponto interessante é que Postcomm monitores Royal Mail montante a ser investido na modernização. Royal Mail, uma empresa está sujeita à Lei da Concorrência do Reino Unido.

Em alguns casos, o controle do mercado é deixado à autoridade da concorrência, que é independente do setor postal. Tal é o caso da Suécia, onde a concorrência é controlada pela Autoridade da concorrência sueca. Em alguns países, não existe nenhuma autoridade reguladora. Este é o caso da Nova Zelândia, onde não há um regulador específico. No entanto, os papéis do proprietário e controlador de governo são diferentes. A propriedade da Administração Postal se faz através de unidade de empresas estatais, enquanto que as funções reguladoras são realizadas pelo Ministério do Comércio. Além disso, NZ Post está sujeita à Lei da Concorrência. Enquanto à regulamentação social, a Alemanha é um caso interessante, considerando que em nossos estudos de caso é o **único país que incorporou essa disposição na sua legislação postal, com um sucesso**

14 SEKO, *Estudio de caso para UNI Postal y Logística sobre la liberalización de los servicios postales en Suecia, Estocolmo 2009*, p. 3.

15 Para mais informação veja Pond, Richard, *Liberalisation, privatization and regulation in the UK postal services sector*, Pique, Londres, 2006, p. 3

16 Hayes B. and Bell S., *Monopoly to Competition in the UK Mail Market – Conflicting approaches*, United Kingdom, 2008

17 *Ibidem*





relativo, deve-se admitir. Houve lugar para discussões sobre o impacto negativo da liberalização no emprego e condições de trabalho antes da Lei Postal de 1998. Isto foi afirmado pela experiência da liberalização relativa ao mercado de pacotes. O SPD temia que a liberalização acontecesse à custa dos trabalhadores dos correios empregado pelos novos concorrentes e pelas companhias titulares. Foi criada uma comissão de conciliação entre o Bundestag eo Bundesrat (Câmaras altas e baixas do parlamento) e se chegou a um acordo, que se introduziu uma cláusula social na Lei Postal. Sob ela, durante o processo de licenciamento, o controlador tem de acompanhar o cumprimento das normas de trabalho, por parte dos novos operadores<sup>18</sup>. Agora bem, essa cláusula nunca foi aplicada e não tem ajudado a evitar a dumping salarial no mercado postal alemão.

---

<sup>18</sup> Para más información véase *ver.di, Estudio de caso para UNI Postal y Logística sobre la liberalización de los servicios postales en Alemania, Berlin, 2009*



# **Parte II: Os efeitos da liberalização do setor postal**







# 1. Concorrência

## 1.1 que aconteceu com o titular?

O impacto sobre o emprego se analisará mais tarde, mas quando vejamos as consequências da privatização/corporativização e/ou de liberalização para o que era o proprietário nacional, os resultados são misturados.

Em alguns casos, como o da Nova Zelândia, a transformação de NZ Post em uma empresa propriedade do estado tem levado ao reforço das posições do titular, e de sua rentabilidade. Isso foi possível graças ao melhoramento da produtividade e a diversificação e o aumento dos serviços oferecidos (exemplo: o Kiwi Bank e uma empresa em comum com DHL)<sup>1</sup>. Também foi o caso do Japão, onde a concorrência tem dado incentivos para que o titular seja mais efetivo. Na Tunísia, embora a companhia aérea nacional não tenha sido privatizada, e o mercado não está totalmente aberto à concorrência, mostra que o serviço oferecido por alguns operadores privados impulsionou o operador público a inovar e oferecer-lhes também, aumentando suas ofertas de serviços.

Vejamos, a liberalização também tem deixado alguns titulares em situação muito pior. Este é o caso da Royal Mail no Reino Unido, onde “Embora o lucro do Royal Mail tenha diminuído ao longo dos últimos dois anos, seus custos de exploração aumentaram, chegando agora mais de £6. Milhões. O resultado é que a Royal Mail registrou seu primeiro prejuízo de exploração (R \$ 3 milhões) em 2007-8, desde a reorganização da empresa em 2001-2.”<sup>2</sup> Além disso, o relatório diz: “Após a liberalização, os operadores alternativos estão a recolhendo, transportando, e classificando 20% dos objetos antes de transferi-la para Royal Mail para distribuição. Estima-se que a introdução da concorrência dos serviços postais tem reduzido o lucro operacional da Royal Mail de £ 100 milhões em 2007 / 8”<sup>3</sup>.

## 1.2 Quanto é efetivo a concorrência?

### a. Flutuação no número de concorrentes e sua participação no mercado

O número de concorrentes no mercado flutua ao longo do tempo. Eles geralmente começam muito baixo com um aumento repentino nos poucos anos após a liberalização e, em seguida, geralmente diminui ao longo prazo. É o que foi visto na Argentina, Nova Zelândia e Suécia, onde os mercados foram desregularizados há mais de 10 anos. Na Suécia, havia quatro concorrentes novos em 1994, um ano depois da liberalização do mercado o seu número aumentou para 105 em 1997, mas retrocedeu a 31 em 2008<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> Kenny A., *Beyond the Propaganda, Postal Deregulation in New Zealand*, EPMU, Wellington, 2006, p.17

<sup>2</sup> Hooper R., Hutton D. & Smith I., *Modernise or decline, Policies to maintain the universal postal service in the United Kingdom. An independent review of the UK postal services sector*, United Kingdom, 2008, p.58 §86

<sup>3</sup> *Ibidem* p.48§66

<sup>4</sup> SEKO, *Case study for UNI post & Logistics on the liberalisation of postal services in Sweden*, Stockholm, 2009,



Atualmente o Japão está em uma posição de aumentar o número de concorrentes. O caso da Alemanha é um pouco diferente, no sentido de que, antes da abertura total do mercado os competidores podiam distribuir o correio no âmbito do chamado “License D” ( correio com menos de 50g e sensíveis ao tempo), que estimulou o mercado a tal ponto que em 2007 havia cerca de 850 empresas na distribuição de cartas<sup>5</sup>.

Parecem ser cifras impressionantes. Entretanto, a participação no mercado dos concorrentes em relação ao titular continua baixa: 8,6% na Suécia, 10% na Nova Zelândia, 10,4% na Alemanha e apenas 0,1% no Japão. No Reino Unido, “não há praticamente nenhuma concorrência com o Royal Mail na entrega de cartas com endereço”, segundo a pesquisa Hooper<sup>6</sup>. Efetivamente na competição de ponta a ponta os concorrentes têm uma participação no mercado de 0,2%<sup>7</sup>. No entanto, os concorrentes da Royal Mail têm 20% do volume de acesso ao mercado. Isso significa que 20% da correspondência total passam pelos competidores<sup>8</sup>.

Inclusive a Direção Geral da Comissão Européia do Mercado Interno - Serviços Postais comentou sobre esse aspecto da concorrência, dizendo que a concorrência no mercado postal está aparecendo, mas continua e se desenvolvendo lentamente, e ainda tem que surgir uma concorrência significativa. Continua dizendo que a participação de mercado concorrente, mesmo que crescente, continua em um nível baixo inclusive nos Estados Membros que liberalizaram totalmente os seus mercados postais.”<sup>9</sup>

A participação relativamente reduzida no mercado de operadores de cartas por parte dos concorrentes pode ser atribuída a diversas razões, ao saber da regulamentação para entrar no mercado, os concorrentes estão apenas concentrados em determinados nichos de mercado, o declínio do mercado postal, etc . Outro fato importante a destacar é que, embora existam muitos operadores postais concorrentes registrados, apenas um de cada quatro são concorrentes significativos para o titular. Existem dois principais concorrentes na Alemanha: PIN e TNT Post Group, dois no Reino Unido, o Mail do Reino Unido e TNT Post<sup>10</sup>, dois na Holanda e Sandde Selekt Mail, quatro na Nova Zelândia e apenas um na Suécia: Bring Citymail.

Isso quer dizer que o mercado, ao invés de promover a concorrência como preconizado pelos defensores do liberalismo, de fato, evoluciona mais para uma espécie de oligopólio. Sem mencionar o fato de que no contexto europeu, cada titular concorre com os outros no seu país, mas também em mercados fora de suas fronteiras.

Se vemos o surgimento de uma regulamentação, algumas autoridades promoveram o acesso obrigatório a rede do titular como Alemanha e Reino Unido. A Nova Zelândia tem feito para tentar desencorajar os concorrentes de criar sua própria rede, enquanto

p.10

5 Ecorys, *Main Developments in the Postal Sector (2006-2008), Final report and Country Sheet summaries, Rotterdam, 2008, p.327*

6 Hooper R., Hutton D. & Smith I., *The challenges and opportunities facing UK postal services, An initial response to Evidence, An independent review of the UK postal services sector, United Kingdom, 2008, p.5*

7 Ecorys, *Main Developments in the Postal Sector (2006-2008), Final report and Country Sheet summaries, Rotterdam, 2008, p.1010*

8 *Ibidem p.952*

9 *Report from the Commission to the Council and the European on the application of the Postal Directive (Directive 97/67/EC as amended by Directive 2002/39/EC)p.6*

10 Ecorys, *Main Developments in the Postal Sector (2006-2008), Final report and Country Sheet summaries, Rotterdam, 2008, p.950*



em alguns casos, como o Japão, uma das condições para os novos operadores postais serem autorizados a entrar no mercado é ter sua própria rede de um extremo ao outro. Isso tem um impacto sobre a concorrência se compararmos os números de Japão e do Reino Unido, onde os concorrentes têm 0,1 % de participação no mercado em até 20% do volume de acesso a montante, respectivamente, e onde a concorrência aumentou mais de esperado<sup>11</sup>.

Os defensores da liberalização dos serviços postais afirmavam que a desregulamentação traria a inovação graças a concorrência. No entanto, num mercado em declínio, tais como o das cartas, a concorrência é mais baseada no preço e é uma das razões pelas quais os novos concorrentes focam em um mercado de NICHOS. Em vez de ter uma concorrência aberta e benéfica para os usuários, isso tem levado ao desnatado no mercado postal, ameaçando a sobrevivência em certos casos, do titular nacional.

## b. Sangria do mercado

Pode ser observado a partir de alguns dos estudos de caso que os operadores postais em concorrência normalmente se concentram nas partes mais rentáveis do mercado, exemplo, de empresa a empresa, de empresa a usuário os envios de correios empresariais massivos e, em alguns casos, apenas se concentram em determinados regiões geográficas ou cidades. Como no caso do Japão: “Os novos concorrentes no mercado japonês, apontam para áreas geográficas específicas e serviços especializados”<sup>12</sup>. Este é também o caso no Reino Unido e da situação foi enfatizada na imprensa:” O que realmente trouxe Royal Mail ao limite são as normas de acesso à distribuição da Royal Mail, que têm alavancado a os operadores empresariais na parte mais lucrativa do negócio. Agora manipulam 40% do volume de correio massivos rentáveis que antes da distribuição para zonas remoto e transformaram um benefício de exploração de £ 233 milhões em 2006/7 em uma perda de £ 279.000.000 este ano.<sup>13</sup>

A sangria não só tem um efeito sobre o prestador do serviço universal, mas também sobre os trabalhadores, já que para manter alguns preços competitivos, os concorrentes postais tendem a reduzir os seus custos ao máximo e, no setor postal, a maioria deles são os custos de trabalho, essas empresas fazem de tudo para reduzir esses custos de trabalho, como veremos no próximo capítulo.

## 2. Impacto sobre o emprego e as condições de trabalho

### 2.1. Nível de emprego

Todos os estudos de caso no contexto desta pesquisa mostram que houve perdas de

<sup>11</sup> Hayes B. and Bell S., *Monopoly to Competition in the UK Mail Market – Conflicting approaches*, United Kingdom, 2008

<sup>12</sup> JPGU, *Case study for UNI post & Logistics on the liberalisation of postal services in Japan*, Tokyo, 2009, p.4

<sup>13</sup> Milne S., *Corporate cherry-picking isn't delivering the goods*, *The Guardian*, 22 May 2008



emprego impressionante devido ao processo de liberalização. Dezenas de milhares de postos de trabalho em quase todos os casos. Na Alemanha, a Deutsche Post suprimiu mais de 21.000 empregos de período integral e mais de 12 mil em meio período entre 1999 a 2006. No Japão, os trabalhadores em tempo integral nos serviços de entrega de correio passaram de cerca de 120.000 a 109.000. Na Nova Zelândia, os trabalhadores do Correio diminuíram de 12.000 a 6.892 empregos equivalentes a tempo integral entre 1987 a 1997. Nos Países Baixos, o número de postos de empregos equivalentes a tempo integral diminuiu de 40.000 para somente 24.000. Na Argentina, havia 40.409 trabalhadores processando 808 milhões de objetos postais em 1997, esse número caiu para 31.985 trabalhadores em 2000, processando 1.053 unidades postais.<sup>14</sup>

Estes trabalhos não se perderam do dia para noite, quando de repente o mercado postal foi aberto em cada um desses países - são o resultado do processo de liberalização como um todo. Isto significa que os principais operadores postais têm reestruturado a sua companhia, muitas vezes, no momento da privatização no caminho para a liberalização. Este é tipicamente o caso da Suíça. SwissPost continua a ser uma empresa pública com o monopólio, mas em antecipação da liberalização do mercado levou a cabo uma reorganização, a automatização de triagem postal, a reestruturação da rede postal, redução de serviços em áreas periféricas, reorganização dos serviços distribuição. O mesmo se aplica no que diz respeito às condições de trabalho e níveis de emprego. De fato, temos observado a degradação dos empregos, aumento de trabalho em meio período e um aumento de horários atípicos. Os principais fatores que contribuem para as perdas de emprego podem ser explicados pela reestruturação do operador nacional, em antecipação da abertura do mercado, a automatização e a modernização. Pode-se observar que no estudo de caso sobre a Suécia, onde o número de carteiros ficou mais ou menos o mesmo, em cerca de 16 mil no suporte, o que poderia nos levar a dizer que a maioria das perdas de emprego se encontram na triagem do correio causado pela automatização. A concorrência acelera a necessidade de investir em tecnologia para aumentar a produtividade. A redução estrutural do volume de correio também é responsável pela perda de postos de trabalho e, em menor escala e mais contínua. Novamente, isto pode ser observado na Suécia, onde, em geral, nos serviços postais, o número de empregos equivalentes ao período integral caiu cerca de 30% desde 1996.

Um caso interessante é a Argentina, onde o emprego foi reduzido após o processo de liberalização e privatização, mas aumentou após a volta do Estado no setor postal, como mostrado o informe<sup>15</sup>. O aumento do emprego pode ser explicado por essa volta do Estado, bem como pela recuperação econômica.

## 2.2. Deslocamento dos empregos do titular aos novos concorrentes

Segundo a teoria econômica, a abertura do mercado significa mais concorrência e, portanto, mais empregos que poderiam compensar a perda de postos de trabalho no antigo monopólio. Mas não nos enganemos. Isso não aconteceu. Evidentemente, os

<sup>14</sup> These figures are provide from the questionnaires UNI Post & Logistics Global Union affiliates have responded to  
<sup>15</sup> Manzanelli P., Azpiazu D. and Basualdo F. Case study for UNI post & Logistics on the liberalisation of the postal services in Argentina, Buenos Aires, 2009, p.22



operadores postais concorrentes apresentaram novos empregos, mas não na mesma quantidade e certamente não a mesma qualidade daqueles perdidos pelo operador postal nacional. No Japão, “não houve nenhum deslocamento de emprego do titular aos concorrentes”<sup>16</sup>. Na Argentina não há nada que se demonstre que os empregos passam de um empregador ao outro, entretanto, segundo estudos e entrevistas anteriores pode-se demonstrar que há dois fatores principais para a transferência de trabalhadores do operador público, aos operadores privados. O excesso de pessoal no operador titular em determinados setores e o baixo nível dos salários pagos pelo titular a trabalhadores qualificados em comparação ao setor privado<sup>17</sup>. O último é uma exceção e o contexto da situação econômica em que se ocorreu a liberalização e a privatização na Argentina é muito diferente da que os Estados europeus enfrentam atualmente.

## 2.3. Impacto na qualidade do emprego

Os processos de reestruturação e, em alguns casos, o processo de automatização, também fazem parte do impacto do processo de liberalização, têm afetado a qualidade do emprego. Não só reduziram os postos de trabalhos em tempo integral, como veremos posteriormente, mas muitas vezes são os termos e condições de emprego que têm sido degradados ou, em alguns casos, mantiveram-se inalterados por muitos anos, como no Reino Unido. E o próprio trabalho se tornou mais difícil e intenso, principalmente devido à automatização. Este é o caso da Suíça, onde trabalhou no setor postal “agora é mais difícil e os colaboradores estão mais estressados, tendo intensificado o ritmo de trabalho”<sup>18</sup>. Isto é porque o titular se prepara para a abertura do mercado. Embora existam diferenças marcantes entre as condições de trabalho oferecidas pelo titular e pelo os novos concorrentes, também existem diferenças no próprio titular entre o pessoal antigo e novo (ou seja, funcionários públicos e os novos funcionários recém contratados). Para ilustrar as diferenças das condições de trabalho entre o titular e os concorrentes dos serviços postais, bem como dentro do próprio titular pode ser o caso da Holanda, onde Selekt e Sandd Mail competem contra TNT. Atualmente, aproximadamente 27.000 entregadores dos correios são empregados pela Sandde, Selekt Mail (parte da Deutsche Post) e VSP (parte de TNT) sob um contrato de serviços profissionais. Eles não têm seguro desemprego, não são remunerados quando entram de férias ou se forem demitidos não têm direito às parcelas do seguro desemprego e não têm nenhum seguro de invalidez. Empregos em tempo integral se tornam-se em massa em “empregos de complementação”, sem a proteção legal de um contrato de trabalho. Respondendo a maior parte da concorrência aumentou e Sandde Mail Selekt, a TNT decidiu substituir alguns milhares de carteiros por distribuidores de correios. Eles também executam a tarefa de distribuição do correio “desamparado” enquanto o número de carteiros dos correios, homens e mulheres, trabalhadores da TNT irá se reduzir de forma significativa nos próximos anos, espera-se que o número de distribuidores usados pela sua filial, VSP, vai aumentar e muito. Atualmente estão empregadas no setor

16 *JPGU, Case study for UNI post & Logistics on the liberalisation of postal services in Japan, Tokyo, 2009, p.3*

17 *Manzanelli P., Azpiazu D. and Basualdo F. Case study for UNI post & Logistics on the liberalisation of the postal services in Argentina, Buenos Aires, 2009, p.25*

18 *Syndicat de la Communication, Case study for UNI post & Logistics on the liberalisation of postal services in Switzerland, Bern, 2008*



cerca de 27 mil distribuidores na base de um contrato de serviços profissionais<sup>19</sup>. Vamos aqui neste caso que o titular TNT criou sua própria companhia, VSP, com piores condições de trabalho que a empresa matriz para competir no mercado. Temos também o caso da Alemanha, onde “em 2006, os concorrentes que empregavam 2.928 pessoas em chamados empregos marginais (também conhecido pelo nome de mini-postos de trabalho que não estão sujeitas a contribuições para a Previdência). Isso significa que apenas 18% dos empregos criados pelos concorrentes da Deutsche Post são empregos de período integral. Mais de 24% dos trabalhadores têm contratos de meio período e 58% trabalham em mini empregos precários (o mini empregos de baixa remuneração paga menos do que uma média de 400 € por mês). Portanto, 80% dos empregos criados pelos concorrentes não pagam um salário mínimo vital. Empregos com salários decentes na Deutsche Post foram cortado e substituído por trabalhos precário entre os concorrentes após a liberalização do mercado. Os empregos a longo prazo sujeitos a todas as contribuições sociais são a exceção e não a regra<sup>20</sup>. A situação na Irlanda também não é diferente, “a maioria dos empregados que trabalham para os concorrentes no setor não possui acordos coletivos, têm contratos individuais de trabalho e, em geral, têm as condições mínimas de trabalho, em alguns casos ainda têm a oferecer suas próprias bicicletas para rondas de distribuição onde os empregadores e, no caso dos Correios de acionistas da Nova Zelândia têm se beneficiado de uma maior rentabilidade, o nível de vida tem se movido lentamente e só marginalmente para muitos dos trabalhadores dos correios em NZ Post (mas não todos) os benefícios para os funcionários dos correios não foram proporcionais ao sucesso<sup>21</sup>. O projeto de pesquisa Pique resume bem a situação das condições de trabalho em deterioração, considerando que muitos setores de serviços têm intensidade de trabalho de mão de obra (o da eletricidade é uma exceção a este respeito), as companhias tendem a transferir pressão do mercado e tentam superar seu antigo regime em suas relações do setor público”privilegiado”. Consequente, uma das conclusões gerais é de um declínio crescente do poder dos sindicatos, uma fragmentação das estruturas de negociação e, posteriormente, das condições de emprego e dos salários entre os antigos provedores de monopólio (por exemplo, estruturas salariais entre dois níveis; os novos e antigos postos de trabalho após a privatização o a liberalização entre os empregadores, sendo ou não servidores públicos), assim como entre os antigos provedores de monopólio e os novos concorrentes. Em vários setores e países os novos concorrentes não estão cobertos por convenções coletivas, e se beneficiam de normas de trabalho inferiores (salários mais baixos e as horas de trabalho mais longas ou mais flexíveis<sup>22</sup>.

## 2.4. Precarização do trabalho

As condições de emprego oferecidas pelas companhias postais competidoras (e em alguns casos pelo titular) não somente são inferiores, senão que se pode observar uma precarização do trabalho no setor postal em geral. Pode-se observar um deslocamento

<sup>19</sup> Para mais informação, veja : FNV Bondgenoten, Colophon, *The black paper of FNV Bondgenoten, the largest Dutch trade union, about the reality of mail deliverers in the Netherlands, The Netherlands, 2007*

<sup>20</sup> Verdi, *Case study for UNI post & Logistics on the liberalisation of postal services in Germany, Berlin, 2009, p.3*

<sup>21</sup> Kenny A., *Beyond the Propaganda, Postal Deregulation in New Zealand, EPMU, Wellington, 2006, p.24*

<sup>22</sup> Brandt T. and Schulten T., *Liberalisation and privatization of public services and the impact on labour relations: A comparative view from six countries in the postal, hospital, local public transport and electricity sectors, Pique, Düsseldorf, 2007, p.128*



geral ao trabalho a meio período, um aumento de formas atípicas de trabalho e uma tendência a terceirizar determinadas tarefas e funções. Parece haver uma pauta geral de deslocamento de trabalho de tempo integral a trabalho a meio período, que é mais flexível. É caso do Japão, Suécia ou nos Países Baixos, onde o número de postos de trabalho equivalente ao período integral descendeu de 40.000 a 24.000 na TNT Post. Além do mais, a companhia praticamente já não contrata empregados por período integral<sup>23</sup>. Na Alemanha o número de empregados em período integral contratados pelos concorrentes aumentou de 4.160 em 1999 a 11.626 em 2006<sup>24</sup>. Também houve um aumento das formas atípicas de trabalho. Incluindo trabalhadores contratuais, trabalhadores pagos por hora, trabalhadores pagos por tarefa, trabalhadores temporais, trabalhadores com contrato de tempo determinado, recontração de trabalhadores aposentados, trabalhadores com “mini emprego”, etc. A forma atípica de trabalho depende do contexto nacional e da legislação laboral nacional. A continuação de alguns exemplos do que está acontecendo nos mercados liberalizados do mundo: “Atualmente, Japan Post Service possui aproximadamente 130.000 trabalhadores irregulares. A realidade é que existem mais trabalhadores irregulares que regulares nesta unidade. Os trabalhadores irregulares têm um emprego de tempo determinado o que é um emprego instável sem promessa de renovar o contrato. Simultaneamente, as condições de trabalho são inferiores a dos trabalhadores regulares”<sup>25</sup>.

“Na Suécia, Bring Citiymail tem cerca de 1.000 trabalhadores que trabalham por hora, contrariamente o pessoal de Posten AB represente sua principal forma de emprego e de faturamento.”<sup>26</sup> “Na Alemanha, entre os novos operadores, a porcentagem de empregos contratados para um mini emprego (quer dizer ganhando menos de € 400 sem descontos sociais) se situa gira em quase 60%. O problema aumenta ainda mais com o aumento de empregados com contratos de duração determinada. Por tanto, os empregos se caracterizam por incerteza, instabilidade e dependência”<sup>27</sup>. Outro caso interessante é dos Países Baixos com os chamados “overeenkomst van opdracht (OVP)”. Trata-se de “contratos profissionais” como vimos antes, utilizados principalmente pelos concorrentes de TNT Post. Estes contratos não estão regularizados pela lei holandesa e parecem mais um contrato entre um provedor de serviços independente, o “contratista” uma empresa, com um contrato de emprego como tal. Por conseguinte, a pessoa baixa o contrato (o chamado distribuidor de correio) é remunerado pelo número de objetos entregados, não têm direito ao seguro social como a licença por doença, férias, seguro de invalidez, nem nenhum direito a seguro desemprego. O fato que a empresa não tenha que pagar seguro social, se deve ao fato que segundo a lei holandesa, não se deve pagar as custas do seguro enquanto o cliente (a empresa do correio) pague ao contratista menos de 40% do salário mínimo<sup>28</sup>. Alguns distribuidores do correio nem se deram conta que aceitaram este tipo de contrato em lugar de um contrato de emprego<sup>29</sup>. Existem atualmente 27 000 distribuidores de correio com este tipo de contrato. Os sindicatos

23 *Abvakabo FNV, Case study for UNI post & Logistics on the liberalisation of postal services in the Netherlands, The Netherlands, 2009, p.3*

24 *Ver.di, Case study for UNI post & Logistics on the liberalisation of postal services in Germany, Berlin, 2009, p.3*

25 *JPGU Research Institute, Yoneda Y., Presentation on The universal Service Crisis, Tokyo 2009*

26 *SEKO, Case study for UNI post & Logistics on the liberalisation of postal services in Sweden, Stockholm, 2009*

27 *Ver.di, Case study for UNI post & Logistics on the liberalisation of postal services in Germany, Berlin, 2009*

28 *FNV Bondgenoten, Colophon, The black paper of FNV Bondgenoten, the largest Dutch trade union, about the reality of mail deliverers in the Netherlands, The Netherlands, 2007, p.7*

29 *Ibidem*



têm lutado para que o governo prescreva esta forma de contrato e em março de 2009 se decidiu que com a abertura completa do mercado postal, estes contratos se retirariam paulatinamente nos próximos quatro anos. Também houve lugar a terceirização de certos serviços não vinculados com a distribuição do correio, notavelmente no que diz respeito a contabilidade, dos recursos humanos das TI. Isto aconteceu na Suécia e no Reino Unido. Entretanto, agora a tendência é mais bem mais a utilização de recursos internos já existentes.

O Reino Unido é uma exceção, onde segundo a Fundação Européia para o melhoramento das condições de vida e trabalho, houve uma redução em grande escala do emprego ocasional em Royal Mail com o fim de melhorar a motivação e o serviço e responder as inquietudes dos usuários relativas a integridade do correio. Em 2004 havia 20.000 empregados temporários e agora existem 500.<sup>30</sup> O aumento enorme de estas formas atípicas de trabalho é uma consequência da concorrência no mercado postal, no sentido de que este tipo de força de trabalho é mais flexível para adaptasse rapidamente as mudanças em demanda do mercado. Também é muito mais barato como veremos no próximo capítulo. Com estas novas formas de trabalho chegam muitos desafios, não somente aos sindicatos, mas também a os usuários a ao serviço universal. Segundo um estudo do Input Consulting GmbH de 2007, na Alemanha somente 3,5% de todas as empresas que por lei devem ter um comitê de empresa entre as novas companhias postais de cartas na realidade tem alguma forma de representação de pessoal. Isto se deve a fato que, muitas vezes, a direção faz tudo o que pode para impedir o trabalho de organização dos sindicatos e a criação de comitês de empresa.<sup>31</sup> O que aconteceu no Reino Unido é um bom exemplo da insatisfação dos usuários em termos de qualidade de serviço e de integridade do correio. E quanto ao último, a situação dos distribuidores do correio nos Países Baixos é bastante alarmante devido ao fato de que lhe pagam pelo objeto. Um antigo distribuidor de correio entrevistado no contexto de um estudo de FNV Bondgenoten sobre este tipo de trabalho mencionou: “Se tivesse que rodar em bicicleta 20 minutos de ida e 20 de volta para entregar minha última carta e isso por menos de um centavo, simplesmente olharia se a carta é importante. Quase sempre, não era, assim deixei de entregar.”<sup>32</sup>

## 2.5. Queda salarial

O processo de liberalização não somente tem levado a deteriorização das condições de trabalho no setor postal, senão que também levou os níveis salariais e, em determinados casos, à dumping salarial. No que diz respeito as diferenças de salários antes e depois da liberalização do mercado postal nos titulares, as experiências são misturadas. Na Nova Zelândia, os salários têm seguido o ritmo da inflação e na Suécia, mesmo que houve um pequeno aumento depois da liberalização e da privatização, ultimamente a tendência tem mudado.<sup>33</sup> Entretanto na Alemanha, uma vez privatizada Deutsche Post,

30 Ecorys, *Main Developments in the Postal Sector (2006-2008), Final report and Country Sheet summaries*, Rotterdam, 2008, p.1016

31 Verdi, *Case study for UNI post & Logistics on the liberalisation of postal services in Germany*, Berlin, 2009, p.4

32 FNV Bondgenoten, *Colophon, The black paper of FNV Bondgenoten, the largest Dutch trade union, about the reality of mail deliverers in the Netherlands*, The Netherlands, 2007, p.12

33 SEKO, *Case study for UNI post & Logistics on the liberalisation of postal services in Sweden*, Stockholm, 2009, p.7





os empregados eram classificados segundo o trabalho real que lhe exigia desempenhar em base a descrição do emprego. Na prática, isso significava que o salário médio se reduziu aproximadamente 30%”.<sup>34</sup> Os fatos são mais alarmantes no que diz respeito aos salários pagos aos operadores postais concorrentes. Efetivamente, na Alemanha e nos Países Baixos, se utiliza claramente custos laborais baixos como vantagem competitiva. Na Alemanha segundo “Input Consulting” “em 2007 as taxas de salários por hora pagos pelos novos operadores postais ascendia uma média de somente € 7 na Alemanha Ocidental e era inclusive inferior, quer dizer € 5.90 na parte oriental do país. Por conseguinte, os salários brutos por uma semana de 38,5 horas acendiam a € 1,169 na Alemanha Ocidental e € 985 na Alemanha Oriental. Em 2007, Deutsche Post pagava seus carteiros um salário inicial de € 1,698 Além de férias (€332.34), um abono de Natal (equivalente a um mês de salário), assim como um abono variável relacionado com os resultados. Assim, em média, os empregados que trabalham para os novos concorrentes postais ganham 40% menos que seus colegas de Deutsche Post na Alemanha Ocidental e 50% menos que na Alemanha Oriental”.<sup>35</sup> A pesquisa Pique explica claramente que as companhias postais privadas muitas vezes utilizam de uma estratégia de queda salarial com o fim de ganhar uma vantagem competitiva sobre Deutsche Post.<sup>36</sup>

A questão do dumping salarial têm ocupado frequentemente as primeiras páginas na Alemanha (e na Europa) o ano passado. Efetivamente, com a abertura do mercado, os sindicatos tinham lutado e logrado obter um acordo de salário mínimo setorial para o setor postal. Isto aconteceu através de um acordo sobre salário mínimo e uma extensão da Lei sobre trabalhadores deslocados aceitaada pelo Bundestag (câmara baixa do parlamento) e o Bundesrat (câmara alta) em dezembro de 2007. O salário mínimo que seria efetivo a partir de primeiro de janeiro de 2008 e se estabeleceu a €8 por hora na Alemanha Oriental e a €9,80 por hora na Alemanha Ocidental. Seguiu uma série de batalhas legais instigadas por PIN Mail AG Berlin, BdKEP – a Associação Federal de serviços expressos internacionais, TNT Post Regioservice GmbH, Ridas Sicherheits- und Handelsgesellschaft mbH (companhia de TNT), todos concorrentes de Deutsche Post, sobre a legalidade de estender o salário mínimo a todos os trabalhadores empregados no setor postal, que ganharam. Em fevereiro o Bundestag e o Bundesrat aprovaram uma nova versão da lei. Segundo esta nova versão, que contesta a decisão dos tribunais administrativos, foi ampliado o direito do Governo alemão de emitir uma ordem. Como resultado, foi encontrado uma solução que oferece maior segurança legal para permitir ao Ministro Federal do Trabalho impor um salário mínimo para o setor postal de cartas.<sup>37</sup> A situação nos Países Baixos é evidentemente preocupante: um carteiro empregado da TNT ganha um salário por hora trabalhada de mais ou menos de €15. O custo salarial total para um carteiro, incluindo a proteção do emprego, a acumulação da pensão, as férias, o seguro de invalidez e o seguro de desemprego, acende a € 23 por hora.<sup>38</sup> Entretanto, um distribuidor de correio empregado por Sandd o Selekt mail, sen-

34 *Ver.di, Case study for UNI post & Logistics on the liberalisation of postal services in Germany, Berlin, 2009, p.4*

35 *Ibidem, p.5*

36 *Drews K., Liberalisation, privatization and regulation in the German postal services sector, Pique, Düsseldorf, 2006, p.21*

37 *For more information, please refer to: Ver.di, Case study for UNI post & Logistics on the liberalisation of postal services in Germany, Berlin, 2009*

38 *FNV Bondgenoten, Colophon, The black paper of FNV Bondgenoten, the largest Dutch trade union, about the reality of mail deliverers in the Netherlands, The Netherlands, 2007.p.3*



do pago por cada peça ganha um custo salarial total de €7,60 por hora. Isto ascenderia a €11 por hora para um empregado coberto por um convênio coletivo.<sup>39</sup> Como vimos, as companhias de correio não têm que pagar aos contratistas (distribuidores de correio) nenhum seguro social se ganham menos de 40% do salário mínimo, o que poderia levar a estas companhias a não estimular, deliberadamente, a seus contratistas a trabalhar mais de 16 horas por semana.<sup>40</sup> Agora bem, o que é mais inquietante que segundo o estudo da FNV Bondgenoten, somente uns poucos distribuidores de correio sabem o que ganham aproximadamente por hora (já a remuneração é por encomenda). Calculam que ganham em média de €5 por hora. Um levantamento anterior de FNV mostrava que os distribuidores de correio ganhavam, em média entre €6 e €8 por hora.<sup>41</sup> A questão essencial é como se supõem que podem viver as pessoas com salários tão baixos, se é que podemos chamar isso de salários. No setor postal os custos laborais representam uma parte importante dos custos gerais, o que faz que seja intensivo em mão de obra. Os novos concorrentes podem utilizar a queda salarial como meio de adquirir mais participação no mercado, mas não somente padecem os trabalhadores, senão que também a qualidade dos serviços, o que incide no usuário e, por sua vez, na própria empresa. Outro fato grave é que estes salários e condições de trabalho medíocres criam um espiral descendente para todo o setor, fazendo com que os trabalhadores postais caiam na categoria de trabalhadores mal remunerados.

---

39 *Ibidem p.16*

40 *Ibidem p.15*

41 *Ibidem p.11*



# **Parte III: Como os sindicatos abordaram o processo de liberalização**





O processo de liberalização em seu conjunto colocou os sindicatos sob uma pressão imensa, não somente porque podiam prever as más consequências poderia ter para seus membros, senão que também acabaria os afetando diretamente. Por conseguinte estava esta dupla ameaça para os sindicatos: a externa pelas mudanças do contexto político e econômico que estavam operando, assim como pelas mudanças de atitudes dos operadores postais, e interna com os diferentes pontos de vista e estratégia de como sobre reagir ante a liberalização, que em determinados casos causou confusão dentro dos sindicatos. Se analisarmos a pressão externa imposta aos sindicatos desde a perspectiva econômica, pode observar-se que os operadores postais titulares se tornaram mais duros durante as negociações com os sindicatos devido ao contexto da liberalização. Efetivamente, a concorrência pressionou à estas companhias e termos de racionalização dos custos, o que, por sua vez, pressiona aos sindicatos. O caso dos Países Baixos é, portanto, bastante sintomático: “Inicialmente, o convênio coletivo da KPN (agora TNT Post) foi elaborado no ambiente protetor de uma empresa de propriedade do Estado, que ainda não enfrentava muita concorrência retrospectivamente em 1998. Entretanto, a partir de então a concorrência começou a ser progressivamente mais feroz e a empresa chegava cada vez mais à mesa de negociação com o argumento aquelas condições de trabalho não refletiam em “conformidade de mercado”. E isto significava e continua significando para a empresa, não somente que deviam diminuir os salários por hora, senão que também que se necessitava de condições de trabalho mais flexíveis. Foi posto sob pressão o suplemento por trabalho irregular e em horas extraordinárias e também se exerceu uma pressão sustentada sobre o ponto de horário da reabertura (incluindo a ideia de ampliar-lo)”.<sup>1</sup> A mesma situação se reproduziu em 2003, quando a companhia pressionou ao sindicato durante as negociações: “seja aceitar condições de trabalho piores, seja perder mais empregos. Segundo a TNT, as condições de trabalho teriam que ser 25% mais baratas para permitir a competição com os novos operadores postais e evitar demissões obrigatórias”.<sup>2</sup> A mesma situação se repetiu com o acordo alcançado em princípios de março de 2009. Às vezes as mudanças econômicas no setor postal vinham acompanhadas de mudanças políticas, com leis mais rigorosas contra os sindicatos, o que dificultava duplamente aos sindicatos levar a cabo seu papel em um ambiente de profundas mudanças. Foi o caso em Nova Zelândia, onde depois a incorporação de NZ Post, “se estabeleceu uma nova legislação anti-sindical, a organização de mãos de obra e a negociação coletiva, e reduzindo a condição dos trabalhadores”.<sup>3</sup> As dúvidas internas causadas aos sindicatos devido a privatização e a liberalização podem vincular se com a divisão da estratégia e a adotar no que diz respeito à liberalização. Foi o caso de SEKO em Suécia: Quando Bring Citymail foi criada em 1991, as opiniões estavam divididas em SEKO sobre a perspectiva que deveria adotar-se o sindicato com a criação de um novo concorrentes da administração do correios nacional. No principio a posição de SEKO em relação a Bring Citymail era muito dividida. Por um lado havia reações fortes contra a nova ordem, por outro estava a consciência de que a missão do sindicato exigia a organização do lugar de trabalho e a conclusão de um novo convênio coletivo com a nova companhia.” No principio do processo de liberalização “SEKO reagiu for-

1 *Abvakabo FNV, Case study for UNI post & Logistics on the liberalisation of postal services in the Netherlands, The Netherlands, 2009, p.4*

2 *Ibidem p.5*

3 *Kenny A., Beyond the Propaganda, Postal Deregulation in New Zealand, EPMU, Wellington, 2006, p.7*



temente contra o estabelecimento de Bring Citymail e a liberalização do mercado postal. Membros do Posten AB regiram energicamente contra a liberalização e a abertura do mercado postal à concorrência. O sindicato empreendeu varias ações e campanhas importantes e interviu ante o Governo para tratar de impedir a liberalização. Foi uma batalha que perdemos. Simultaneamente, SEKO se sentiu obrigado a esforçasse por concluir um convênio coletivo com Bring Citymail. Entre outros para assegurar que nenhum dos outros sindicatos dos concorrentes chegaria antes que nós”.<sup>4</sup> A concorrência entre companhias de correios também pode significar concorrência entre os sindicatos respectivos. Isto pode ser ilustrado com a situação no setor postal holandês. “AbvaKabo FNV é o sindicato em TNT, antes a companhia era de propriedade do Estado PTT. Desde a liberalização e a chegada de novos operadores postais, FNV Bondgenoten (“a central sindical Camaradas” também passou a ser ativa no setor postal. Atualmente estão tendo lugar conversações sobre buscar alguma forma de cooperação ou empresa comum entre ambos, levando a uma única FNV Bond “Central sindical A União”) para o setor postal. Estas conversações não vão bem. FNV Bondegenoten se interessa ante tudo pelos empregados nas novas companhias, enquanto que AbvaKabo FNV defende os interesses dos empregados de TNT. Isto tem levado a posicionamentos opostos sobre a liberalização: AbvaKabo sempre esteve contra a liberalização, enquanto que FNV Bondgenoten sempre esteve a favor dela”.<sup>5</sup>

Esta primeira parte se estabeleceu o contexto no qual tem que funcionar os sindicatos quando a liberalização está em curso. Agora vejamos quais estratégias tem adotado os sindicatos para combater a liberalização do mercado postal em seus países (nesta parte do informe, temos decidido incluir exemplos de países que não necessariamente tem empreendido ainda a liberalização, mas que, entretanto, tem levado campanhas contra ela.)

Primeiro e ante tudo, todos os sindicatos tem empreendido ações cada sindicato apontou a grupos pertinentes, de acordo com seu próprio contexto nacional. Por exemplo, os sindicatos do Canadá apontaram grupos de consumidores, enquanto que os suecos não o fizeram. Mas todos eles têm apontado aos membros do parlamento, aos membros do governo e aos partidos políticos, não somente a nível nacional, senão também a níveis regional e local. O NALC dos Estados Unidos é um bom exemplo. Efetivamente “o NALC utilizou desde muito tempo suas associações nos 50 estados para fazer progressos em seus programas legislativos e políticos, Cada ano, a maioria das associações estatais enviam delegações a Washington para receber formação do sindicato nacional y negociar diretamente com seus membros do congresso sobre assuntos legislativos. Por mais de um decênio, a legislação sobre a reforma postal (que trata da liberalização e de outros assuntos) era o tema número um de estas visitas. Participaram milhares de “lobistas membros”.<sup>6</sup> A CUPW do Canadá e o Sindicato da Comunicação da Suíça também têm solicitado a alguns grupos específicos que seriam seriamente afetados pelos efeitos da liberalização. No caso da Suíça estes incluíam aos usuários, as empresas me-

4 SEKO, *Case study for UNI post & Logistics on the liberalisation of postal services in Sweden, Stockholm, 2009, p.13*

5 *Abvakabo FNV, Case study for UNI post & Logistics on the liberalisation of postal services in the Netherlands, The Netherlands, 2009, p.11*

6 *NALC, Case study for UNI post & Logistics on the liberalisation of postal services in the USA, Washington, 2009, p.8*



dianas e pequenas (PYME), cidadãos de regiões periféricas e montanhosas. Enquanto ao Canadá isto também incluía a diversas associações e de pessoas da terceira idade. Também deve analisar bem o ponto relacionado com o porquê que deve fazer lobby, já que nem sempre é a mesma coisa, dependendo do país e do contexto político. No Japão, o JPGI concentrou o alcance e a velocidade da liberalização. Na Suíça, o sindicato de comunicação se concentrou no financiamento do serviço universal, assim como na qualidade e na quantidade de serviços postais oferecidos no contexto do serviço universal para o consumidor individual, assim como para a economia global.<sup>7</sup> É importante que este tipo de ação seja apoiada pela investigação, fichas descritivas, boletins, etc. Em Marrocos, o sindicato FNPT-UMT tem estado colaborando com acadêmicos com o fim de apoiar seu argumento contra a privatização e a liberalização do setor postal, assim como para validar seus argumentos por uma terceira parte.<sup>8</sup>

A interconexão é outra ferramenta utilizada pelos sindicatos com o fim de fazer avançar sua luta contra a liberalização. O CUPW fez coisas importantes para as organizações dos correios, empresas pequenas e médias, associações rurais, associações de terceira idade e associações nacionais.<sup>9</sup> A participação dos meios de informação também é importante para uma causa. O JPGU do Japão utilizou esta tática. Efetivamente, os meios de Comunicações tem coberto situações postais em áreas locais e campanhas contra a privatização postal levadas a cabo por consumidores e as administrações nacionais. As ações cobertas pelos meios de Comunicações têm afetado amplamente as políticas nacionais, especialmente, resoluções e opiniões de chefes de comunidades locais e assembleias locais tem efeito político. Por conseguinte é necessário organizar estas ações efetivamente”.<sup>10</sup> A cooperação entre o movimento sindical também é sumamente importante para fazer avançar uma causa como a defesa do setor postal público. Isto aconteceu nos Estados Unidos no contexto da Acordo Postal para Melhoria e Responsabilidade de 2006 (PAEA) quando os sindicatos postais se reuniram com importantes interlocutores postais, “a nível nacional o NALC, o APWU e o PPMHU formaram uma coalizão com os interlocutores postais chaves, incluindo a Direct Marketing Association, a Parcel Shippers Association, o Mailers Council, a Magazine Publishers Association e vendedores chaves como Pitney Bowes para avançar em um enfoque de conselho em relação a reforma. Este enfoque se concentrava em manter o monopólio, mas ganhando novas liberdades comerciais para USPS. O setor do correio se manteve distanciado de mudanças na negociação coletiva e os sindicatos entraram em acordo em procurar um sistema mais racionalizado para estabelecer tarifas de franquia”.<sup>11</sup> Mas primeiro e antes de tudo, a maneira mais importante com a que os sindicatos podem lutar com uma causa como a da liberalização, é mobilizando a seus membros, especialmente no setor postal onde os trabalhadores postais estão em contato permanente com o público. Isso pode ter um efeito multiplicador em uma campanha. Como escreveu o NALC, “as lições aprendidas pelo NALC e os demais sindicatos postais nos Estados

7 *Syndicat de la Communication, Case study for UNI post & Logistics on the liberalisation of postal services in Switzerland, Bern, 2008, p. 4*

8 *FNPT-UMT, Case study for UNI post & Logistics on the liberalisation of postal services in Morocco, Rabat, 2009, p.7*

9 *CUPW, Case study for UNI post & Logistics on the liberalisation of postal services in Canada, Ottawa, 2009, p. 3*

10 *JPGU, Case study for UNI post & Logistics on the liberalisation of the postal services in Japan, Tokyo, 2008, p.7*

11 *NALC, Case study for UNI post & Logistics on the liberalisation of postal services in the USA, Washington, 2009, p.8*



Unidos durante o debate de um decênio sobre a reforma postal terão um valor incalculável no futuro. A mais importante delas é a necessidade de mobilizar aos efetivos sindicais para proteger o serviço universal e os empregos postais de alta qualidade”.<sup>12</sup> O que vimos até agora está conectado com táticas sindicais para prevenir o processo de liberalização. Entretanto, também necessitamos ver o que tem feito os sindicatos quando se perdeu a batalha e se abriu o mercado postal a concorrência. Isto pode se resumir em uma palavra: organizar. Vejamos o caso da Suécia e como SEKO abordou a organização nas companhias recém estabelecidas depois da desregularização. Não a liberalização.<sup>13</sup> SEKO reagiu energicamente contra a criação do Bring Citymail e a liberalização do mercado postal. Os membros em Posten AB reagiram fortemente contra a liberalização e a abertura do mercado postal à concorrência. O sindicato organizou varias ações e campanhas importantes e intervieram ante o Governo para tratar de prevenir a liberalização. Foi uma batalha que perdemos. Organizar no lugar de trabalho e convênios coletivos, simultaneamente SEKO se sentiu obrigado a procurar concluir um convenio coletivo com a Bring Citymail. Entre outros para assegurar que nenhum dos outros sindicatos concorrentes chegassem antes. Concluiu-se um convênio e começamos a recrutar membros no Bring Citymail. A princípio foram os representantes eleitos de SEKO empregados pelo Posten AB os que levaram a cabo a tarefa de recrutar membros e organizar no Bring Citymail. O fato de que os trabalhadores de Posten AB, ainda que representantes eleitos mas sempre empregados, estavam obrando para estabelecer uma organização SEKO e negociar com Bring Citymail era algo que a empresa podia utilizar contra SEKO. Naturalmente, a companhia podia utilizar o fato de que SEKO havia estado contra a liberalização. Era possível para um sindicato como SEKO ser um representante com credibilidade dos interesses dos empregados de Bring Citymail, quando SEKO não queria ver nenhuma competência no mercado? A pesar disso conseguimos criar uma organização sindical que funcionava na empresa. Concluiu-se um acordo coletivo, que, para começar, não era igual ao acordo em Posten AB. Também surgiram problemas em relação a credibilidade não somente com os membros futuros no Bring Citymail, senão também com os membros existentes em Posten AB. Estes últimos teriam a sensação de que seu sindicato os havia abandonado quando SEKO concluiu um acordo e criou uma organização SEKO em Bring Citymail. Os membros de Posten AB haviam vivido tanto tempo sendo a companhia dominante, que teriam problemas em aceitar o fato de que o mercado havia sido liberalizado. A tudo isso podia acrescentar que na época tanto Posten AB como os membros dela tinham o mesmo interesse em se manter a ordem antiga.

## Nova direção

Entretanto era necessário que o sindicato mudasse tanto de política como de estratégia. Indo a organizar membros em uma empresa a organizar membros em um mercado com varias companhias requeriam uma mudança de nosso trabalho sindical. Um aspecto muito importante era assegurar que a legislação postal sueca se desenhasse de tal forma que nenhuma companhia tivesse vantagens de negócios sobre o outro. Isto significava um trabalho prolongado e metódico para tentar influir nos políticos. Nes-

<sup>12</sup> *Ibidem* p.9

<sup>13</sup> From : SEKO, *Case study for UNI post & Logistics on the liberalisation of postal services in Sweden, Stockholm, 2009, p.13-15*





se sentido, o sindicato provavelmente pode afirmar que tem obtido êxito. Atualmente temos uma legislação para o mercado postal que é relativamente neutra e favorável. A luta dos sindicatos se orientou em direção dos partidos políticos, dos membros do parlamento e dos representantes do governo. Na Suécia não existe tradição de trabalhar com outras organizações neste tipo de tema, por exemplo, com organizações de consumidores. Os sindicatos suecos gozam de um alto nível de afiliação e possuem muitos membros, o que significa que são uma voz forte na sociedade. Além do mais, a Suécia realmente não tem um movimento de consumidores especialmente forte, dado que os consumidores estão acostumados a estar representados pelo Estado a través de agências governamentais como a Agência Sueca do Consumidor. Também convém observar que Citymail tem sido muito hábil na Europa, tem se beneficiado a uma liberalização maior do mercado postal.

## Convênios coletivos com igualdade

Com o fim de assegurar boas relações com os membros em ambas as companhias principais, é importante que os convênios coletivos não forneçam a uma empresa uma margem competitiva sobre a outra. É importante prevenir para que as companhias usem as condições de emprego de nossos membros para competição. Em seu lugar é melhor que o sindicato procure assegurar que as condições de emprego sejam as mesmas. Também nesse sentido, pode se dizer que o sindicato tem tido bastante êxito.

Atualmente, SEKO tem sob responsabilidade sindicatos onde empregados que manejam os contatos no trabalho de negociação com uma ou outra das empresas, de maneira que não pode acusar a SEKO de nenhuma maneira de dar vantagem competitiva a uma empresa sobre outra ou outras. Entretanto, este receio segue persistindo sobre todo em Bring Citymail. O que também persiste é o problema histórico sobre todo entre os trabalhadores em Estocolmo, onde Bring Citymail se estabeleceu primeiro. Muitos trabalhadores de Estocolmo não querem ser membros de SEKO, já que acreditam que o sindicato representa antes de tudo aos trabalhadores de Posten AB. A situação é melhor em Goteborg e Malmo, onde o nível de afiliação é elevado em Bring Citymail.

A ambição é chegar a convênios similares para todos os operadores postais. Ainda existe um longo caminho para percorrer antes de conseguir, já que uma condição prévia é que as companhias postais possam sentar na mesma mesa de negociações que seus concorrentes – todavia não se chegou tão longe. O problema mais difícil em Bring Citymail atualmente é que o movimento de pessoal é sumamente importante e que a maioria absoluta de trabalhadores é muito jovem. Naturalmente, isto criou problemas no que diz respeito ao nível de afiliação um sentido de continuidade para os representantes eleitos do sindicato. Finalmente, é importante mencionar que existe varias companhias postais pequenas que trabalham com a distribuição a nível local. Habitualmente, costumam ter somente de três a quatro empregos, SEKO também concluiu acordos com termos iguais com estes trabalhadores.

## Finalmente

A liberalização do mercado postal levou-se a cabo de acordo com decisões políticas



do Parlamento sueco. Na época SEKO decidiu tomar um caminho com os requisitos importantes seguintes:

- Legislação neutra
- Neutralidade em nossos próprios contratos com as companhias postais no mercado

Acordos de competitividade neutra para prevenir a queda salarial entre as empresas. O que podemos aprender da experiência de SEKO é que é evidente que se organizar em companhias postais em concorrência não é tarefa fácil. Não é fácil para o sindicato, em termos de sua credibilidade e de sua luta para alcançar um convênio coletivo equilibrado com a nova companhia. - “mas também não é fácil para os trabalhadores do titular aceitar que seu sindicato já não os representa exclusivamente a eles”.<sup>14</sup> Evidentemente, temos que tomar em consideração o contexto nacional e o sistema de negociação coletiva. Entretanto, como vimos na Parte II deste informe, as companhias postais competem em relação aos custos, quer dizer às condições de trabalho e os salários dos trabalhadores. Para impedir que isto aconteça “é melhor que o sindicato procure assegurar que as condições de trabalho sejam as mesmas”.<sup>15</sup> Este estudo enfatizou sobre as relações profissionais no setor postal da Fundação Européia para o melhoramento das condições de vida e de trabalho: “A experiência dos países que já passaram pela liberalização sugere que uma alternativa a deteriorização provavelmente iminente das condições de emprego e das relações de trabalhos em este importante ramo do setor de serviços é a difusão de convênios coletivos setoriais. De fato, estes poderiam ajudar a reduzir a polarização e a fomentar uma maior harmonização das condições de emprego no setor postal. Convém recordar o caso de Royal Mail, que recentemente reduziu seu ante em grande escala de trabalhadores temporários com o fim de manter a qualidade de seus serviços. Tais iniciativas sugerem que neste setor economicamente e socialmente essencial, também vai o interesse das companhias postais poder contar com condições de emprego que incrementem o compromisso e a cooperação de seus recursos humanos”.<sup>16</sup>

## Conclusão

Segundo a teoria econômica, a liberalização supostamente era para dar concorrência e, por sua vez, aportar ao crescimento, inovação, reduções de preços e emprego. Não se iludam, isto não aconteceu no mercado postal:

- Há muito pouca concorrência no mercado postal, com concorrentes de 0,1% cerca de 10% de participação do mercado. Há muito poucos concorrentes significativos do titular, na maioria dos casos apenas entre um e quatro. “Não há inovação dado que a concorrência é baseada principalmente no preço”. Quando chegamos ao emprego as supostas “vantagens” da liberalização são muito preocupantes:

<sup>14</sup> SEKO, *Case study for UNI post & Logistics on the liberalisation of postal services in Sweden*, Stockholm, 2009, p.13

<sup>15</sup> *Ibidem*

<sup>16</sup> *European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, Industrial relations in the postal sector*, Dublin, 2007, p.31



- Dezenas de milhares de empregos perdidos a nível nacional.
- Nenhum deslocamento significativos do antigo operador nacional aos novos concorrentes (pelo menos, não estamos na quantidade e certamente não com as mesmas condições de trabalho).
- Diminuição no período integral de empregos e aumento do período de trabalho parcial. Deterioração das condições de trabalho dos operários postais e concorrentes da indústria em geral.
- Aumento das condições precárias de trabalho devido ao aumento do trabalho atípico, reduções salariais.
- Dumping salarial.
- Menos segurança no emprego
- Deterioração do índice de empregos.

Assim onde estão os benefícios da liberalização?

O objetivo desta pesquisa foi o de ajudar afiliadas da UNI Post e logística para lidar com o impacto e as conseqüências da liberalização dos mercados de serviços postais para o emprego e as condições de trabalho. Tentamos fazê-lo, fornecendo informações sobre as realidades da liberalização dos trabalhadores postais. Este foi um primeiro passo. Mas temos de continuar a considerar que alternativas podem ser encontradas e que pode ser feito para evitar situações como as enfrentadas pelos distribuidores post na Alemanha, Holanda e outros países.

O SEKO comprometeu em termos de organização é interessante. Efetivamente eficaz, a concorrência no setor postal levou à fragmentação da associação e, portanto, sua deterioração em uma época quando, na verdade, os sindicatos devem ser fortes. Para organizar os trabalhadores em novas empresas, eles foram beneficiados não só os salários e condições de trabalho semelhantes, mas o sindicato também tem beneficiado em longo prazo com um aumento de tropas.

Assim, a organização é uma recomendação que podemos fazer. Outro poderia ser examinar o “direito do usuário de um serviço postal universal”, conforme previsto no artigo 3 ° da UPU postais postal como uma forma de proteger a qualidade do serviço e empregos de qualidade. Acreditamos que existem outras maneiras de proteger os trabalhadores contra o impacto negativo da liberalização sobre o emprego. Isto exigirá uma análise mais aprofundada.

Ester Bares 2009/04/21



## Referências

- ABVAKABO FNV, estudo de caso para UNI post e Logística sobre a liberalização dos serviços postais nos Países Baixos, Países Baixos de 2009
- Accenture, de alta performance. Entregue., Obrigação de serviço universal postal USO (Comparação Internacional), liberalização dos serviços postais internacionais - Estudo Comparativo de E.U. e os principais países, EE.UU., 2008
- M. Andersson e Thörnqvist C., liberalização, privatização e regulação do sector dos serviços postais sueco, Pique, Göteborg, 2006
- Bickerton J., desregulamentação Postal: seus impactos sobre os trabalhadores dos correios e da resposta de uma união postal, Ottawa, 2006
- Bickerton J., J. Sauber, Steinhoff K., América do Norte está preparando-se para abraçar a desregulamentação postal? Ottawa de 2008
- T. Brandt e Schulten T., liberalização e privatização dos serviços públicos eo impacto sobre as relações de trabalho: uma visão comparativa dos seis países do hospital, correios, transportes públicos locais e os sectores da eletricidade, Pique, Düsseldorf, 2007
- CUPW, estudo de caso para UNI post e Logística sobre a liberalização dos serviços postais do Canadá, Ottawa, 2009
- CUPW, Diga não à desregulamentação dos serviços postais, Folhas 04/01, Ottawa, 2008
- CUPW, ubmission S da União Canadense dos Trabalhadores dos Correios do Canada Post Corporation Análise Estratégica, Ottawa, 2008
- CWU, estudo de caso para UNI post e Logística sobre a liberalização dos serviços postais no Reino Unido, Londres, 2009
- Drews K., liberalização, privatização e regulação do sector dos serviços postais alemães, Pique, Düsseldorf, 2006
- Ecorys, Principais desenvolvimentos no sector postal (2006-2008), Relatório Final e Folha de resumos País, Rotterdam, 2008
- Comissão Européia, Informe de la Comisión al Consejo y al Parlamento Europeo sobre la aplicación de la DIRECTIVA Postal (DIRECTIVA 97/67/CE Como emendada pela DIRECTIVA 2002/39/CE), Bruselas, 2008
- Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho, as relações laborais no sector postal, Dublin, 2007
- FG.PTT, estudo de caso para UNI post e Logística sobre a liberalização dos serviços postais na Tunísia, Túnez de 2009



- Flecker Hermann J. e C., como as empresas reagem a liberalização e privatização dos serviços públicos, Pique, Política papel 4, Viena, 2009
- FNPT-UMT, estudo de caso para UNI post e Logística sobre a liberalização dos serviços postais em Marrocos, Rabat, 2009
- FNV Bondgenoten, Colophon, o Livro negro da FNV Bondgenoten, os holandeses sindical maior, sobre a realidade da libertadores mail na década de Holanda, Países Baixos, 2007
- Hayes B. e S. Bell, monopólio da concorrência no mercado britânico Mail - abordagens contraditórias, Reino Unido, 2008
- Hermann C. e Verhoest K., variedades e variações de Public Service liberalização e privatização na Europa, Pique, Viena, 2007
- 25 26 Hooper R., D. Hutton & I. Smith, os desafios e oportunidades para os serviços postais do Reino Unido, uma resposta inicial à evidência, uma revisão independente dos serviços postais do Reino Unido, Reino Unido, 2008
- Hooper R., D. Hutton & Smith I., Modernizar ou declínio, as políticas para manter o serviço postal universal no Reino Unido, uma análise independente do sector dos serviços postais do Reino Unido, Reino Unido, 2008
- Entrada Consulting, Liberalização e Regulação do Setor Postal no União Europeia, Apresentação, Luxemburgo, 2006
- Entrada Consulting, a liberalização ea precarização - Condições de Trabalho do Serviço de Provedores de Nova Carta na Alemanha, Luxemburgo Apresentação de 2007
- Entrada Consulting, liberalização e regulação social do mercado carta na Alemanha, Apresentação, Londres, 2008
- JPGU, estudo de caso para UNI post e Logística sobre a liberalização dos serviços postais no Japão, Tokyo, 2009
- JPGU Research Institute, Yoneda Y., apresentação sobre o serviço universal de crise, Tokyo 2008
- A. Kenny, além da Propaganda Postal desregulamentação, na Nova Zelândia, EPMU, Wellington, 2006
- Manzanelli P., D. Azpiazu e Basualdo F. Estudio de caso n ° UNI Postal Logística y sobre la de los servicios liberalización postales en Argentina, Buenos Aires, 2009
- NALC, estudo de caso para UNI post e Logística sobre a liberalização dos serviços postais na E.U.A., Washington, 2009



- Pond, Richard, liberalização, privatização e regulação do sector dos serviços postais do Reino Unido, Pique, Londres, 2006
- Postcomm, Mercado Postal UK Review Mercado Competitivo de 2008, Reino Unido, 2008
- Schulten T., T. Brandt e Hermann C., liberalização e privatização dos serviços públicos e opções estratégicas para os sindicatos europeus em Transferência de N ° 2, 2008
- Seko, estudo de caso para UNI post e Logística sobre a liberalização dos serviços postais na Suécia, Estocolmo, 2009
- Syndicat de la Comunicação, Liberalização du marché postal, risque Un pour notre économie, Berna, 2008
- Syndicat de la Comunicação, questionário, procedimento de consulta concernant la révision totale de postale legislação la, Berna, 2008
- Syndicat de la Comunicação, estudo de caso para UNI post e Logística sobre a liberalização dos serviços postais da Suíça, Berna, 2008
- Unite, estudo de caso para UNI post e Logística sobre a liberalização dos serviços postais no Reino Unido, Reino Unido, 2009
- União Postal Universal, A Evolução do Sector Postal, Implicações para as Partes Interessadas (2006-2012), Berna, 2007
- Ver.di, estudo de caso para UNI post e Logística sobre a liberalização dos serviços postais na Alemanha, Berlim, 2009





Secretaria de Relações  
Internacionais



**FENTECT**

Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas  
de Correios e Telégrafos e Similares

**CUT**



**americas**